

Dossiê – Metodologias de Pesquisa em Psicanálise: Caminhos, Paradoxos e Impasses.

Psicanálise aplicada?: Sobre o uso da teoria psicanalítica nas pesquisas

Fuad Kyrillos Neto¹

Maria Gláucia Pires Calzavara²

Resumo

A partir da experiência docente na disciplina Seminário de Pesquisa (SEMP), de um Programa de Pós-Graduação em Psicologia, este artigo investiga os desafios metodológicos recorrentes enfrentados por pesquisadores em Psicanálise no ambiente acadêmico. O trabalho identifica uma tendência preocupante: a utilização precipitada e acrítica de conceitos psicanalíticos como “respostas prontas”, em detrimento da elaboração cuidadosa de problemas de pesquisa originais. Esse fenômeno, nomeado por nós como “ansiedade metodológica”, leva a uma repetição dogmática da doutrina, dificultando a inovação e a crítica. O artigo argumenta que esse impasse se aprofunda por uma dinâmica paradoxal: ao mesmo tempo que concede um estatuto epistemológico privilegiado à Psicanálise, ele a amputa de seu enraizamento clínico e histórico. Para contrapor essa lógica, os autores propõem que a metodologia em Psicanálise seja entendida não como um conjunto de regras, mas como: a) resistência à urgência por conclusões, valorizando o tempo lógico da elaboração; b) superação da mera imitação de autores canônicos, incentivando uma leitura crítica e criativa, que evite a “mortificação” da voz autoral do pesquisador; e c) inserção da Psicanálise em um programa de epistemologia histórica das ciências humanas. Como contribuição central, o artigo defende a necessidade de os pesquisadores desenvolverem “marcas autorais”, construindo problemas de pesquisa que dialoguem, de forma crítica e advertida, com as complexidades da realidade social brasileira. A proposta é formar investigadores capazes de empregar a Psicanálise como um referencial de investigação crítica, e não como um repertório dogmático, fomentando, assim, uma produção de conhecimento psicanalítico ao mesmo tempo rigorosa e singular.

Palavras-chave: Pesquisa em Psicanálise, Problema de pesquisa, Teoria psicanalítica, Autoria, Ciências humanas.

1 Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia - PPGPSI da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ (Minas Gerais, Brasil). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – PQ-C. E-mail: fuadneto@ufsj.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8071-0907>

2 Doutora pela Faculdade de Educação – FAE da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia – PPGPSI da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ (Minas Gerais, Brasil). E-mail: glauciacalzavara@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4774-1397>

Introdução

Como docentes da disciplina Seminário de Pesquisa em Psicologia (SEMP), em um Programa de Pós-Graduação de uma Universidade Federal, acumulamos, ao longo dos anos, observações significativas sobre os desafios específicos que se apresentam aos pesquisadores em Psicanálise. Nossa experiência no ensino da pesquisa qualitativa, com ênfase nos métodos derivados da práxis psicanalítica, nos levou a refletir sobre um fenômeno recorrente: a tendência ao uso precipitado de conceitos psicanalíticos como solução metodológica pronta, em detrimento de uma elaboração mais cuidadosa do problema de pesquisa.

Ao acompanharmos a construção de projetos de pesquisa, notamos sistematicamente um movimento paradoxal: por um lado, os estudantes repetem a doutrina psicanalítica com desenvoltura; por outro, revelam notória dificuldade de formular adequadamente os próprios problemas de investigação. A escuta atenta dos temas propostos pelos alunos frequentemente revela uma “ansiedade” metodológica – a Psicanálise é convocada apressadamente como contraponto teórico, antes mesmo de a problemática central da pesquisa ser adequadamente delineada. Depreendemos que essa forma de utilização da Psicanálise gera um entendimento equivocado de que ela seria um conhecimento completo, podendo ser instantaneamente “aplicado” a outras áreas do conhecimento humano. O caráter investigativo e metodológico da clínica, salvo suas peculiaridades para a extensão além dela, pode ser estendido para a sociedade e para a cultura. Mezan (1985), acerca da inserção da cultura no pensamento freudiano, nos lembra que

a referência cultural se introduz nos momentos em que se torna necessário recorrer ao testemunho do passado ou daqueles que não podem ser tidos por cúmplices da aventura freudiana, a fim de universalizar as hipóteses estabelecidas de início no terreno da psicopatologia, verificadas em seguida pela análise dos sonhos e, a partir de 1898, também dos lapsos e das recordações encobridoras de Freud (p. 220).

O cenário apresentado nos parágrafos anteriores nos conduz a importantes questionamentos: Por que essa urgência para chegar a conclusões? Que obstáculos epistemológicos dificultam a construção de problemas de pesquisa em Psicanálise que superem a mera repetição dogmática de seus conceitos fundamentais? Como formar pesquisadores capazes de empregar a Psicanálise como referencial de investigação crítica, e não como repertório de respostas prontas?

Ribeiro (2003) revela inquietações semelhantes às nossas, destacando a importância de a pesquisa para a universidade cumprir sua missão de criar e inovar, possibilitando aos pesquisadores trilhar caminhos nunca percorridos. Entretanto, a pesquisa, apesar de sua enorme relevância, seu esforço, boa parte das vezes, leva a tímidos resultados. Para nós, esse acanhamento demonstra a necessidade de formarmos pessoas que possam apropriar-se dos riscos acadêmicos.

Seminários ou grupos de discussão sobre bibliografias de referência, por exemplo, podem libertar a reflexão ou atá-la a modelos já constituídos, a terrenos conhecidos. Nesse cenário, ainda que o medo da novidade seja inevitável, ele não pode se sobrepor à “libido de conhecer” nem esvaziar “o desejo de pensar”. Esse é o desafio cotidiano que tomamos

para nós como docentes-pesquisadores responsáveis por essa disciplina: possibilitar que a formação abra espaço para a experimentação. Acreditamos que, na pesquisa em Psicanálise, isso é inerente à relação que o pesquisador estabelece com os autores canônicos. Afinal, na pesquisa, mais que respostas *standards*, as boas perguntas causam mais interesse; caso contrário, faríamos pesquisas para cancelar o que já sabemos (Dunker, 2010). Destarte, nossa preocupação é com a formulação, por parte dos jovens pesquisadores, de problemas abordados por novos ângulos ou propostas singulares, que possam ser formuladas ou discutidas. São inerentes a essa perspectiva de trabalho o diálogo e o questionamento com outras pessoas da comunidade acadêmica e o contato frequente com a experiência motivadora da pesquisa, porém esse diálogo não gera resultados proveitosos, se fica restrito a uma repetição da doutrina psicanalítica ou retido a temas gerais de considerável amplitude.

A imitação como mortificação

Nas aulas na pós-graduação, temos observado que uma das maiores dificuldades dos alunos é justamente a distinção entre tema e problema de pesquisa – ainda que manuais de pesquisa científica, amplamente utilizados nos cursos de graduação (Gil, 2002; Severino, 2013), façam uma distinção básica entre esses termos. O tema de pesquisa é uma proposição mais abrangente do assunto que você deseja provar ou desenvolver na sua pesquisa. O problema de pesquisa, por sua vez, é uma forma explícita de dizer qual é a dificuldade ou a lacuna encontrada no tema do trabalho. Note-se que o problema de pesquisa é uma pergunta não respondida pelo tema. Todavia, os manuais insistem que essas perguntas devam ser compreensíveis, operacionais e específicas.

Nesse ponto, o que nos interessa é o movimento que cada pesquisador deve fazer para elaborar um problema de pesquisa a partir de um tema, amiúde de caráter mais amplo. Esse problema ocupa um lugar crucial na pesquisa, pois as balizas metodológicas, os objetivos e as hipóteses da pesquisa são tributários de sua formulação.

No entanto, segundo Laville e Dionne (1999), essa formulação não é um processo neutro ou puramente técnico. Ela emerge da vivência do pesquisador, de sua interação com o mundo, e está impregnada por conhecimentos prévios (científicos, empíricos e teóricos) e valores pessoais ou sociais. Portanto, longe de ser uma operação técnica e desprovida de valores, a elaboração do problema de pesquisa é um ato de construção ancorado na triangulação fundamental entre o teórico, o empírico e o pessoal.

Para Laville e Dione (1999), a compreensão do problema de pesquisa demanda a distinção entre dois tipos de conhecimentos: os fatos simples, que são informações diretas, e os fatos elaborados ou generalizações, que são interpretações ou conclusões feitas a partir desses fatos. No que tange aos valores, eles se constituem em representações mentais sobre o que é bom, desejável ou ideal, expressando as preferências e inclinações do pesquisador. Desse modo, o conhecimento do pesquisador – assim como o de qualquer indivíduo – só adquire significado quando articulado a seu sistema de valores.

Essas considerações evidenciam a importância de os pesquisadores se exporem mais intensamente aos seus problemas de pesquisa, a engajarem na experimentação, a discutirem

e refletirem criticamente suas visões de mundo. Ou seja, os pesquisadores identificam um problema de pesquisa com base nos conhecimentos que têm e que ganham significado de acordo com seus valores. Dessa forma, a percepção inicial do problema é frequentemente de natureza intuitiva, assim como os possíveis caminhos da investigação. Cabe, então, uma etapa posterior, a tarefa de clarificar, estruturar e descrever logicamente essa intuição, com o objetivo de transformá-la em um problema de pesquisa claro, coerente e bem delimitado.

É relevante destacar, conforme apontam Franco e Figueiredo (2013), que a formulação do problema inaugura um paradoxo: “em alguma medida o autor se autoriza perante seus pares, afirmando algo próprio; no entanto, uma vez que recorre à influência do discurso de um autor que o antecede, essa autorização se faz ‘à sombra’ de um autor precedente” (p. 454). Os autores criticam veementemente o processo pelo qual instituições e candidatos buscam autorização pela adesão fiel e pela repetição do discurso de um único autor canônico, num convite ao “não pensamento”. Esse paradoxo, dizem-nos os autores, não requer solução ou desconstrução, mas instaura um campo de atenção e problematização crucial para se pensar a formação psicanalítica em nossos dias.

Como propostas alternativas à filiação única e dogmática, Franco e Figueiredo (2013) sugerem a reverência a múltiplas figuras de autoridade. Eles defendem que a verdadeira autorização e a criatividade clínica surgem do trânsito singular do psicanalista entre os diversos autores canônicos, sua própria experiência clínica, supervisão e análise pessoal.

O amparo em autores canônicos nos leva ao entendimento da mimetização como mortificação. Franco e Figueiredo (2013) nos mostram como a busca por autorização mediante a imitação dogmática de modelos canônicos resulta na mortificação da liberdade intelectual, da criatividade clínica e da emergência de uma voz autoral genuína do psicanalista. Desse modo, o que é mortificado nesse processo de imitação é a própria voz do autor, sua liberdade de pensamento e seu potencial criativo, mortificando, assim, sua própria assinatura intelectual em formação.

Consideramos, então, que esse processo de reflexão é profícuo para a ciência, porque uma contextualização histórica da Psicanálise introduz uma força crítica ao relacionar suas teorias e técnicas a outras realidades (sociais, econômicas e culturais). Por isso, alinhamo-nos à proposta de Mayer et al. (2021) de inscrever a Psicanálise freudiana em um programa de epistemologia das ciências humanas.

Distanciar-se dos saberes prévios e explorar o problema

Ressaltamos que a contextualização histórica da Psicanálise implanta uma força crítica a ela ao relacionar suas teorias e técnicas a outras realidades sociais, econômicas, científicas e culturais (Forrester, 1983; Mayer et al., 2021).

Para Certeau (1975/2017), a denegação da particularidade do local do qual se fala seria um princípio ideológico. Ela, além de excluir a teoria, instalaria também “o discurso em um não lugar, proíbe a história de falar da sociedade e da morte, quer dizer, proíbe-a de ser a história” (p. 64).

Em termos semelhantes, Facchinetti e Castro (2015) consideram que, especialmente nas últimas décadas, a abordagem historiográfica do tipo acadêmica começou a levar em consideração particularidades regionais e complexidades locais, mostrando que políticas específicas e contextos sociais particulares influenciavam a maneira como o conhecimento era absorvido.

Nesse ponto, tangenciamos com uma questão política da Psicanálise, para a qual a metodologia tem muito a contribuir. Afinal, a história provém de uma irrupção de um discurso no real e o espaço histórico se constitui como um cenário simbólico cerzido pela linguagem do que pensamos, dizemos e agimos. Em Lacan, isso seria a dimensão da história (Pavón-Cuéllar, 2021).

Ao refletirmos sobre essa ideia de um discurso que invade a realidade, é relevante destacarmos que os anteprojetos de pesquisa que debatemos em nossa prática docente nos levam a promover um diálogo entre a Psicanálise e o pensamento decolonial. Para isso, apresentam dados sobre a violência no Brasil, o mercado de trabalho e o alto índice de desemprego, além de indicadores relacionados à renda, à desigualdade racial, às condições de moradia e às políticas de educação e saúde. Essas informações evidenciam a desigualdade social que o país enfrenta.

A mimetização apressada de conceitos psicanalíticos na aproximação de temáticas tão complexas implica aquilo que Tupinambá (2024) designou criticamente de “ideologia lacaniana”, ressaltando como ela sobredetermina o uso político da Psicanálise. Nesses termos, esse autor enfatiza que, no contexto clínico, o inconsciente é, primordialmente, o que se passa entre um profissional e seu paciente. Na acepção crítica, o inconsciente se dá no próprio nível existencial de nossos seres sexuados.

Na discussão proposta por nós, essa distinção é estratégica, uma vez que consideramos que ela pode ser entendida como um convite para evitarmos aquilo que Zizek (2024), no prefácio do livro de Tupinambá (2024), declara ser o movimento duplo realizado pela “ideologia lacaniana”, qual seja: aferir aos analistas uma prerrogativa epistemológica radical, devido às suas origens clínicas, que possibilitam captar a falta constitutiva ou a cegueira da ciência (que forclui o sujeito), da filosofia (reduzida a uma visão de mundo) e da política, que, em linhas gerais, se restringe ao campo das identificações imaginárias e simbólicas com suas formações de grupo. E, concomitantemente, amputar as raízes intrínsecas da teoria psicanalítica, que a associam ao *setting* clínico, elevando-a, dessa forma, a uma categoria universal, mais sábia que todos os outros discursos.

Em decorrência disso, consideramos que se faz necessário trabalharmos metodologicamente com a hipótese de que a articulação entre a prática clínica, a metapsicologia freudiana e as questões de pesquisa que envolvem as intrincadas questões político-institucionais devem ser pensadas, sincronicamente, como um problema psicanalítico e político.

Psicanalistas colonizados?: Questões de assimilação e as marcas autorais

Nesta seção, valemo-nos das ideias de Schwarz (2014) e sua original abordagem da cultura brasileira. Sua obra propõe uma interpretação crítica do Brasil, fundado pelo trabalho servil, pelo colonialismo e pelo subdesenvolvimento capitalista, com ênfase na inserção das ideias em nosso terreno social.

Kyrillos Neto, F. e Calzavara, M. G. P.

Em sua perspectiva, o esteio da vida pública no Brasil foi baseado no trabalho escravo e nas ideias liberais (modernizadoras), resultando num “corpo estranho” na nossa nacionalidade ainda em formação. Para ele, “Conhecer o Brasil era saber destes deslocamentos, vividos e praticados por todos como uma espécie de fatalidade, para os quais, entretanto, não havia nome, pois a utilização imprópria dos nomes era sua natureza” (Schwarz, 2014, p. 60).

Nesse contexto, “As ideias fora do lugar”, tal como abordadas por Schwarz (2014) ao longo de sua obra, revelam o nexos constitutivo da cultura brasileira entre liberalismo e escravidão no Brasil. Caucionamos que as reflexões do autor nos convidam a pensar o nosso lugar geopolítico em meio ao desenvolvimento desigual do capitalismo. Nossa condição de país periférico exige um aumento significativo de empenho, na reflexão da própria inserção do Brasil na sua formação (com entraves e incompletudes) à modernização de um país, cujas ideias liberais sempre estiveram “fora do lugar”:

Não é preciso ser adepto da tradição ou de uma impossível autarquia intelectual para reconhecer os inconvenientes desta praxe, a que falta a convicção não só das teorias, logo trocadas, mas também de suas implicações menos próximas, de sua relação com o movimento social conjunto, e, ao fim e ao cabo, da relevância do próprio trabalho e dos assuntos estudados (Schwarz, 2014, p. 83).

Por outra forma, as ideologias esclarecidas e de progresso na Europa, aqui, se tornaram ideologias de “segundo grau”, pois as passagens de uma teoria a outra não se relacionam, como era de se esperar, ao esgotamento de um projeto, mas ao infortúnio da tentativa de desprovincianização de nosso campo intelectual e universitário. Com relação a esse aspecto, o autor é categórico ao ressaltar que o caráter imitativo de nossa vida cultural tem reflexos no plano acadêmico, tornando-o pouco original e crítico. Nossas universidades, em vez de produzirem conhecimento crítico e original a partir de nossos problemas, muitas vezes se dedicam a imitar e reproduzir, de forma acrítica, as teorias e métodos que estão na moda nos países centrais.

Essas observações são atinentes à pesquisa no campo psicanalítico, ainda que esse campo de conhecimento tenha suas idiosincrasias, que fazem efeitos significativos na produção do conhecimento. Como nos lembram Rosa e Weinmann (2022), o campo psicanalítico tem uma forte tendência à mitificação em sua história. Uma “historiografia psicanalítica é estampada de um caráter subjetivo, isto é, vai além de uma suposta objetividade dos fatos” (p. 1).

Na esteira dessa questão, interessa-nos, como docentes e pesquisadores em Psicanálise, os impactos da leitura dos seus textos, considerando a tendência a criar autores idealizados no movimento psicanalítico. Consequentemente, existe a possibilidade de o texto laciano repetir a função canônica: “A canonização de textos pode ser criticamente entendida como um processo histórico para o qual os textos servem para manutenção de hegemonias no que tange a valores, estruturas dominantes e uso a eles designados” (Kyrillos Neto, 2023a, p. 16). Nesses termos, não podemos ignorar a possibilidade da recepção de um texto como artefato para o controle disciplinar, numa estratégia de legitimação ideológica de grupos em disputas hegemônicas no movimento psicanalítico. Asseveramos que os pesquisadores devem estar advertidos dessa condição.

Portanto, a interpelação apontada neste subtópico, “Psicanalistas colonizados?”, não busca uma condenação prévia e generalizada, mas um chamado a uma postura crítica e advertida ao pesquisarmos em Psicanálise. Reconhecer as “questões de assimilação” – a internalização acrítica de modelos teóricos estrangeiros – é o primeiro passo para desarticular a lógica colonial, que permeia nossa prática. O verdadeiro antídoto está na coragem de forjar “marcas autorais”; isto é, desenvolver uma Psicanálise que, ao dialogar criticamente com o cânone internacional, seja capaz de se enraizar nos dilemas concretos da sociedade brasileira, produzindo uma clínica e um pensamento tão desafiadores e singulares quanto nossa realidade (Kyrrillos Neto, 2023b). Faz-se necessária uma autorreflexão permanente sobre nosso lugar de pesquisadores: nem como meros assimiladores passivos de doutrinas “canônicas” nem como criadores de um saber autônomo isolado do mundo. O caminho parece residir justamente na tensão produtiva entre esses polos. Assimilar criticamente para depois criar; conhecer a fundo a tradição para, a partir dela e apesar dela, escrever nossas próprias “marcas autorais”.

Dessa forma, consideramos importantes algumas preliminares que Goldenberg (2019) insere em sua obra “Desler Lacan”. Ele nos diz que escreve para refletir as consequências teóricas e clínicas de sua leitura de Lacan, o que abre a possibilidade de debates com outras leituras. Ou seja, ele não se coloca na posição de fiador de Lacan nem coloca seus pares franceses nessa posição.

No capítulo com o provocativo título “Trair Lacan (Sobre a pele do babaca)”, o autor nos lembra que mesmo o estabelecimento do texto não é uma mera transcrição, e sim uma leitura. Em suas palavras, “O sonho de uma passagem integral do sentido da mensagem de um autor, pela via da transcrição da sua fala pública, sem distorção, é apenas isso, um sonho” (Goldenberg, 2019, p. 14).

Inspirado no conceito de desleitura de Harold Bloom, Goldenberg considera que, ao comer Freud, Lacan o assimila e o transforma. O termo “desleitura”, na obra de Bloom, refere-se a um ato crítico de apropriação e reinterpretação de um texto por outro. O crítico literário utiliza a Psicanálise para analisar a relação entre poetas e as dinâmicas literárias, especialmente a influência e a competição entre gerações.

A relevância dessas considerações para as pesquisas em Psicanálise no âmbito acadêmico está na crítica à mimetização da teoria psicanalítica e na posição de guardiões da letra e apóstolos (enviados de fora), incompatíveis com a curiosidade e a criatividade, que permitem ao pesquisador construir sua marca de autoria.

No escopo deste manuscrito, voltado para questões atinentes à pesquisa, interessamos refletir os impactos dessa política de leitura dos cânones na escrita dos pesquisadores. A produção científica na área da Psicologia valoriza, de forma significativa, a produção de artigos científicos, porém, como nos adverte Nunes (2023), a escrita acadêmica, seja ela uma tese, uma dissertação, seja a publicação de artigos científicos, “é um ponto de chegada de uma cadeia de inscrições que permite criar um conjunto de traços e de marcas para além dos documentos escritos e representações gráficas que sustentam e documentam a história de um projeto de investigação . . .” (p. 195).

Essas considerações nos permitem formular uma indagação sobre a autoria dos textos, isso que o autor designa como a criação de um conjunto de traços e de marcas,

próprios de sua trajetória de pesquisa. Em outras palavras, como evitar a redução de temas e problemas de pesquisa a um processo de extrativismo cognitivo ao mesmo tempo que seus pesquisadores abdicam da condição de protagonistas para serem reduzidos a informantes de autores e pensadores?

Nesse ponto, adentramos em algo que é específico da escrita em Psicanálise. A pesquisa em Psicanálise, desde a formulação do problema, incluindo sua escrita, traz o estilo de seu autor, algo da ordem da sua singularidade, da sua subjetividade e até do seu inconsciente. Assim, podemos afirmar que a transferência é a condição do tratamento analítico e deve ser a condição estruturante para a realização da pesquisa psicanalítica. Todavia, seu lugar deve ser cuidado para que assujeitamentos ou alienações a supostos mestres façam com que o imaginário invada a cena, impossibilitando a inventividade e a inovação, necessárias à atividade da pesquisa (Elia, 1999).

Muitas vezes, temos dificuldades de encontrar ideias que não foram pensadas por outros. No entanto, é importante reconhecermos que o ato de escrever é precedido por um longo processo de absorção e reflexão, e que a tão desejada originalidade está na forma de articulação e contextualização da temática escolhida (Becker, 2015). Como nos dizem Campos e Veronese (2023), a dificuldade inerente à escrita científica não reside numa suposta carência de talento individual, mas sim na complexidade de um processo, que exige muito mais do que domínio linguístico ou técnico. De fato, “apresenta-se como uma habilidade que pode ser aprendida, sendo uma conquista lenta e gradual, de revisão permanente, que requer, acima de tudo, muita prática” (p. 72). Escrever um texto acadêmico implica articular pensamento crítico, rigor metodológico e clareza argumentativa, ao mesmo tempo que se enfrenta um conjunto complexo de normas, prazos e expectativas de produtividade.

Essa tarefa é ainda complicada por fatores emocionais, como a insegurança, o medo da avaliação e a síndrome do impostor, que paralisam muitos investigadores, especialmente em contextos de pressão institucional acelerada. Longe de ser um ato solitário, a escrita científica é uma prática social, que se constrói na troca, no diálogo com pares e na confiança progressiva de sua própria autoria. Superar essas barreiras exige, portanto, mais do que manuais de redação; requer um ambiente acadêmico que valorize a qualidade reflexiva, em detrimento da quantidade de produção, que ofereça espaços de partilha e respeito à alteridade e que reconheça a escrita como um processo contínuo de aprimoramento coletivo. A escrita, quando abordada como uma prática humanizada, deixa de ser um sacrifício e se transforma numa ferramenta de libertação intelectual e construção de conhecimento significativo (Campos & Veronese, 2023).

A escrita acadêmica está inevitavelmente condicionada pelas exigências institucionais. Compreender a finalidade do texto e o seu público-alvo é fundamental para definir o nível de formalidade, a estrutura e o estilo linguístico adequados. Embora se possa defender, como Becker (2015), que a clareza e a simplicidade devem orientar a comunicação científica, a realidade impõe que cada contexto organizacional define as suas próprias normas. Cabe, assim, ao autor a decisão final de seguir convenções estabelecidas ou de arriscar caminhos mais autorais, consciente dos limites e possibilidades desse gesto.

Considerações finais

O percurso deste artigo, ao analisar os desafios da execução de uma pesquisa de pós-graduação em Psicanálise, nos levou a refletir acerca das dificuldades na construção dos problemas de pesquisa, da repetição dogmática de conceitos e da inventividade na pesquisa em Psicanálise como forma de evitar o uso de respostas já conhecidas. As questões centrais que emergiram – a urgência em concluir, os obstáculos epistemológicos, a repetição dogmática de conceitos e o emprego acrítico da Psicanálise – são facetas interligadas de uma forma de ensino da Psicanálise e de reflexos políticos dos impactos presentes no balizamento metodológico das pesquisas.

Propomos que tais dificuldades podem ser mitigadas com uma exposição maior do pesquisador ao seu problema de pesquisa, conectado à ideia de que a teoria psicanalítica pode ser incorporada em um programa de epistemologia das ciências humanas historicamente advertido, ou seja, que a teoria psicanalítica surja enodada com considerações acerca do movimento social e da vida cultural brasileira.

Desse modo, a pesquisa acadêmica em Psicanálise se afastaria da mera repetição estéril de conceitos, possibilitando que nossos pesquisadores construam marcas autorais a partir de uma leitura crítica sem compromissos prévios com a manutenção de hegemonias, valores ou estruturas dominantes.

Como contribuição acessória ao movimento psicanalítico, consideramos que nossa proposta, ao valorizar o diálogo de autores da teoria psicanalítica com outros campos do conhecimento, contribui para minorar o enaltecimento acrítico de autores e personagens do movimento psicanalítico. Longe de se esgotar o debate, este artigo tem a intenção de contribuir para e reforçar um profícuo campo de investigação, constituído pela utilização da teoria psicanalítica na abordagem das questões sociais relevantes.

Referências

- Becker, H. (2015). *Truques da escrita: para começar e terminar teses, livros e artigos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Campos, M. C. & Veronese, M. V. (2023). Curso “Publicar sem Perecer”: produção de saberes para uma escrita científica crítica e reflexiva. In Sequeiros, P., Carvalho, M. J. & Capinha, G., *A investigação e a escrita: publicar sem perecer*. (pp 69-87). Coimbra: Coimbra University Press.
- Certeau, M. (2017). *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Obra original publicada em 1975).
- Dunker, C. (2010). Os 27 + 1 erros mais comuns de quem quer escrever uma tese em Psicanálise. *Assoc. Psicanal. Curitiba Rev.*, (20), 53-77.
- Elia, L. (1999). A transferência na pesquisa em Psicanálise: lugar ou excesso? *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 12(3). Recuperado em: 01/12/2025 em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-79721999000300015>

- Facchinetti, C. & Castro, R. D. (2015). The historiography of Psychoanalysis in Brazil: the case of Rio de Janeiro. *Dynamis*, 35(1), 13-34. Recuperado em: 01/12/2025 em: <https://dx.doi.org/10.4321/S0211-95362015000100001>
- Forrester, J. (1983). *A linguagem e as origens da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Franco, W. A. C. & Figueiredo, L. C. M. (2013). A influência dos autores canônicos na autorização do psicanalista. *Psicologia USP*, 24(3), 453-467. Recuperado em: 01/12/2025 em: <https://doi.org/10.1590/S0103-65642013000300006>.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Goldenberg, R. (2019). *Desler Lacan*. Santo André: Instituto Langage.
- Kyrillos Neto, F. (2023a). Do Congresso Psicanalítico da Banana à cisão de 1998: deslocamentos traumáticos no lacanismo brasileiro. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 26, e220953. Recuperado em: 01/12/2025 em: <https://doi.org/10.1590/1415-4714.e220953>.
- Kyrillos Neto, F. (2023b). Psicanálise e Decolonização no Brasil: o dizer da repetição. *Teoría y Crítica de la Psicología*, 19, 184-201. Recuperado em: 01/12/2025 em: <http://www.teocripsi.com/ojs/>.
- Laville, C. & Dionne, J. (1999). *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas*. Porto Alegre: Artmed.
- Mayer, A., Leite, G. A. & Padovan, C. (2021). Escrever a história da Psicanálise. *Eleuthería – Revista do Mestrado Profissional em Filosofia da UFMS*, 6(esp.), 352-374. Recuperado em: 01/12/2025 em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/reveleu/article/view/14593>.
- Mezan, R. (1985). *Freud, pensador da cultura*. São Paulo: Brasiliense.
- Nunes, J. A. (2023). Investigação, inscrição e publicação. In Sequeiros, P., Carvalho, M. J. & Capinha, G., *A investigação e a escrita: publicar sem perecer*. (pp 195-211). Coimbra: Coimbra University Press.
- Pavón-Cuéllar, D. (2021, 7 de dezembro). Los aún condenados de la tierra: crítica de la descolonización imaginaria. *Intervención y coyuntura – Revista de Crítica Política*. Recuperado em 14/09/2022 em: <https://intervencionycoyuntura.org/los-aun-condenados-de-la-tierra-critica-de-la-descolonizacion-imaginaria/>.
- Ribeiro, R. J. (2003). *A universidade e a vida atual: Fellini não via filmes*. São Paulo: Campus.
- Rosa, C. T. & Weinmann, A. (2022). Notas para uma contribuição à historiografia psicanalítica. *Psicologia USP*, 33, e190005. Recuperado em: 01/12/2025 em: <https://doi.org/10.1590/0103-6564e190005>.
- Schwarz, R. (2014). *As ideias fora do lugar*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Severino, J. A. (2013). *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez.
- Tupinambá, G. (2024). *O desejo de Psicanálise: exercícios de pensamento lacaniano*. São Paulo: Boitempo.
- Zizek, S. (2024). Por Lacan, contra a ideologia lacaniana. In Tupinambá, G., *O desejo de Psicanálise: exercícios de pensamento lacaniano*. (pp. 15-22). São Paulo: Boitempo.

Applied Psychoanalysis?: On the use of psychoanalytic theory in research

Abstract

Based on teaching experience in the Research Seminar (SEMP) course within a Psychology Graduate Program, this article investigates the recurring methodological challenges faced by psychoanalytic researchers in academia. The study identifies a concerning trend: the hasty and uncritical use of psychoanalytic concepts as “ready-made answers”, undermining the careful development of original research problems. This phenomenon, termed “methodological anxiety”, leads to a dogmatic repetition of doctrine, hindering innovation and critical thinking. The article argues that this impasse deepens due to a paradoxical dynamic: while Psychoanalysis is granted a privileged epistemological status, it becomes disconnected from its clinical and historical roots. To counter this logic, the authors propose that methodology in Psychoanalysis should be understood not as a set of rules, but as: (1) resistance to the urgency for conclusions, valuing the logical time of elaboration; (2) overcoming mere imitation of canonical authors, encouraging a critical and creative reading that avoids the “mortification” of the researcher’s authorial voice; and (3) integrating Psychoanalysis into a program of historical epistemology of the human sciences. As a central contribution, the article advocates for researchers to develop “authorial signatures”, constructing research problems that engage critically and reflexively with the complexities of Brazilian social reality. The proposal aims to train investigators capable of employing Psychoanalysis as a framework for critical inquiry rather than as a dogmatic repertoire, thereby fostering psychoanalytic knowledge production that is both rigorous and unique.

Keywords: Psychoanalytic research, Research problem, Psychoanalytic theory, Authorship, Human sciences.

Psychanalyse Appliquée?: Sur l’usage de la théorie psychanalytique dans la recherche

Résumé

À partir de l’expérience d’enseignement dans la discipline Séminaire de Recherche [SEMP], d’un Programme de Troisième Cycle en Psychologie, cet article enquête sur les défis méthodologiques récurrents auxquels sont confrontés les chercheurs en Psychanalyse dans le milieu universitaire. Le travail identifie une tendance préoccupante: l’utilisation précipitée et acritique de concepts psychanalytiques comme des “réponses toutes faites” au détriment de l’élaboration minutieuse de problèmes de recherche originaux. Ce phénomène, que nous nommons “anxiété méthodologique”, mène à une répétition dogmatique de la doctrine,

entravando l'innovation et la critique. L'article argue que cette impasse s'approfondit par une dynamique paradoxale: tout en accordant un statut épistémologique privilégié à la Psychanalyse, elle l'ampute de son enracinement clinique et historique. Pour contrer cette logique, les auteurs proposent que la méthodologie en Psychanalyse soit comprise non comme un ensemble de règles, mais comme: 1) une résistance à l'urgence de conclusions, valorisant le temps logique de l'élaboration; 2) un dépassement de la simple imitation d'auteurs canoniques, encourageant une lecture critique et créative, qui évite la "mortification" de la voix autoritaire du chercheur; et 3) une insertion de la Psychanalyse dans un programme d'épistémologie historique des sciences humaines. Comme contribution centrale, l'article défend la nécessité pour les chercheurs de développer des "marques autoritaires", en construisant des problèmes de recherche qui dialoguent, de manière critique et avertie, avec les complexités de la réalité sociale brésilienne. La proposition est de former des chercheurs capables d'employer la Psychanalyse comme un référentiel d'investigation critique, et non comme un répertoire dogmatique, favorisant ainsi une production de connaissance psychanalytique à la fois rigoureuse et singulière.

Mots-clés: Recherche en Psychanalyse, Problème de recherche, Théorie psychanalytique, Autorat, Sciences humaines.

¿Psicoanálisis Aplicado?: Sobre el uso de la teoría psicoanalítica en la investigación

Resumen

A partir de la experiencia docente en el Seminario de Investigación (SEMP) de un Programa de Posgrado en Psicología, este artículo investiga los desafíos metodológicos recurrentes que enfrentan los investigadores en Psicoanálisis en el ámbito académico. Se identifica una tendencia preocupante: el uso precipitado y acrítico de conceptos psicoanalíticos como "respuestas prefabricadas", en detrimento de la elaboración cuidadosa de problemas de investigación originales. Este fenómeno, denominado "ansiedad metodológica", conduce a una repetición dogmática de la doctrina, dificultando la innovación y la crítica. El artículo sostiene que este impasse se profundiza debido a una dinámica paradójica: mientras se concede un estatus epistemológico privilegiado al Psicoanálisis, se lo desarraiga de su fundamento clínico e histórico. Para contrarrestar esta lógica, los autores proponen que la metodología en Psicoanálisis sea entendida no como un conjunto de reglas, sino como: (1) resistencia a la urgencia de conclusiones, valorizando el tiempo lógico de la elaboración; (2) superación de la mera imitación de autores canónicos, fomentando una lectura crítica y creativa que evite la "mortificación" de la voz autoral del investigador; y (3) inserción del Psicoanálisis en un programa de epistemología histórica de las ciencias humanas. Como contribución central, el artículo defiende la necesidad de que los investigadores desarrollen "marcas autorales", construyendo problemas de investigación que dialoguen crítica y reflexivamente con las

Kyrillos Neto, F. e Calzavara, M. G. P.

complejidades de la realidad social brasileña. La propuesta busca formar investigadores capaces de emplear el Psicoanálisis como marco de investigación crítica, y no como repertorio dogmático, fomentando así una producción de conocimiento psicoanalítico a la vez rigurosa y singular.

Palabras clave: Investigación en Psicoanálisis, Problema de investigación, Teoría psicoanalítica, Autoría, Ciencias humanas.

Recebido em: 26/09/2025

Revisado em: 30/09/2025

Aceito em: 21/10/2025